

2 0 2 2

STJ00117820

FABIANO PIMENTEL

3ª EDIÇÃO REVISTA, AMPLIADA E ATUALIZADA

PROCESSO PENAL

*Conselho Editorial*

Doutor Cláudio Roberto Cintra Bezerra Brandão
Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco – Brasil

Doutora Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves
Professora da Universidade de Lisboa – Portugal

Doutor Georges Martyn
Professor da Universidade de Ghent – Flanders/Bélgica

Doutora Agata Cecília Amato Mangiameli
Professora da Universidade de Roma II – Itália

Doutora Ana Elisa Liberatore Silva Bechara
Professora Titular da USP – Brasil

Doutor Stelio Mangiameli
Professor da Universidade de Teramo – Itália

Doutor José Geraldo de Sousa Junior
Professor Titular da Universidade de Brasília – Brasil

Doutor Joaquim Portes de Cerqueira César
Doutor em Direito Constitucional pela PUCSP – Brasil

Doutor Thomas Law
Doutor em Direito Comercial pela PUCSP – Brasil

Doutor Marcelo Figueiredo
Professor da PUCSP – Brasil

Doutor João Grandino Rodas
Professor Titular da USP – Brasil

Editor Chefe

Plácido Arraes

Editor

Tales Leon de Marco

Produtora Editorial

Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico

Nathalia Torres

Diagramação

Letícia Robini

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Copyright © 2020, D'Plácido Editora
Copyright © 2020, Fabiano Pimentel.

Belo Horizonte

Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG – CEP 30140-007
Tel.: 31 3261 2801

São Paulo

Av. Paulista, 2444, 8º andar, cj 82, Bela Vista – São Paulo, SP – CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR INSTAGRAM / EDITORADPLACIDO

Catálogo na Publicação (CIP)

P644 Pimentel, Fabiano
Processo penal / Fabiano Pimentel. - 2. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2022.
1440 p.

ISBN 978-65-5589-480-6

1. Direito. 2. Direito Processual. I. Título.

CDDir: 341.4

Biblioteca responsável: fernanda.gomes@crb6.org.br

D'PLÁCIDO



*
Rodapé



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19	A) NO TEMPO	75
capítulo 1		B) NO ESPAÇO	76
INTRODUÇÃO AO PROCESSO PENAL	21	C) EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS	78
1.1. ASPECTOS INICIAIS	21	i) Imunidades Diplomáticas	78
1.2. O PROCESSO PENAL	22	ii) Imunidades Parlamentares	81
1.3. PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL COMO GARANTIAS FUNDAMENTAIS	26	1.7. OS SUJEITOS DO PROCESSO	83
A) O DEVIDO PROCESSO LEGAL	30	A) O JUIZ CRIMINAL	84
B) PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA	31	i) Vitaliciedade	86
C) CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA	35	ii) Inamovibilidade	86
D) VERDADE REAL	35	iii) Irredutibilidade de vencimentos	86
E) <i>IN DUBIO PRO REO</i>	38	B) O MINISTÉRIO PÚBLICO	88
F) ISONOMIA	40	C) O ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO	90
G) FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES	44	D) A ADVOCACIA CRIMINAL	93
H) IMPARCIALIDADE	48	1.8. SÚMULAS RELACIONADAS	97
I) DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO	51	SÚMULAS VINCULANTES	97
J) DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO	54	SÚMULAS DO STF	97
K) INADMISSIBILIDADE DE PROVAS ILÍCITAS	58	SÚMULAS DO STJ	97
i) Prova lícita por Derivação	60	1.9. JURISPRUDÊNCIA RECENTE DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	98
i.i) Teoria da fonte independente	62	STF	98
i.ii) Teoria da descoberta inevitável	64	STJ	104
i.iii) Limitação da mancha purgada	66	QUESTÕES	110
L) <i>NEMO TENETUR SE DE TEGERE</i>	67	capítulo 2	
1.4. SISTEMAS DO PROCESSO PENAL	71	AS VIOLAÇÕES DA JUSTIÇA PENAL BRASILEIRA AOS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS	123
A) SISTEMA INQUISITIVO	72	2.1. ASPECTOS INICIAIS	123
B) SISTEMA ACUSATÓRIO	73	2.2. O CONCEITO DE DIREITOS HUMANOS E SUAS CARACTERÍSTICAS	123
1.5. A INTERPRETAÇÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	74	2.3. DA OFENSA AO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO	128
1.6. APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL	75		

Caso 1: STF. AI 601832 AgR/SP	129	3.2. A EXPRESSÃO “GARANTISMO”	192
Caso 2: STF. HC 140213 AgR /SP	129	3.3. O GARANTISMO COMO FORMA DE ASSEGURAR O ESTADO DEMOCRÁTICO E DIREITO SUBSTANCIAL	194
Caso 3: STJ. AgRg no REsp 1737252/SP	130	3.4. AS BASES DO GARANTISMO: OS AXIOMAS DE LUIGI FERRAJOLI	196
Caso: “Barreto Leiva Vs. Venezuela”, 2009	133	A) DA JURISDICIONARIEDADE	197
2.4. DA GRAVE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA	135	B) ACUSATÓRIO	198
Caso 1: STF. HC 126292/SP	137	C) PRINCÍPIO DO ÔNUS DA PROVA	200
Caso 2. STF. HC 118770/SP	137	D) DO CONTRADITÓRIO OU DA DEFESA, OU DA FALSEABILIDADE	201
Outros casos com mesmo entendimento	138	3.5. VERDADE E CERTEZA PARA LUIGI FERRAJOLI	201
Caso 1: STJ. AgRg nos 1245506/SP	142	3.6. O DECISIONISMO E O RETORNO AO SISTEMA INQUISITIVO NA PERSPECTIVA GARANTISTA	204
Caso: “Caso Suárez Rosero Vs. Ecuador”, 1997	142	3.7. O GARANTISMO INTEGRAL	205
2.5. DA VIOLAÇÃO AO DIREITO DE NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO	145	3.8. JURISPRUDÊNCIA	210
Caso 1: STF. HC 107644/SP	146	STF	210
Caso: Jaloh x Germany, 2006	147	STJ	214
2.6. DA REDUÇÃO DO DIREITO AO HABEAS CORPUS	149	QUESTÕES	216
Caso 1: STF. HC 112894/SP	150	<i>capítulo 4</i>	
Caso 2: STJ. JHC 210.256/CE	151	SISTEMAS DE INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR	221
Caso 3: STJ. AgRg no HC 607601/SP	152	4.1. ASPECTOS INICIAIS	221
Caso: García Asto y Ramírez Rojas vs. Peru, 2005.	157	4.2. OS SISTEMAS DE INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR	221
2.7. DA OFENSA AO PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE E DO JUIZ DAS GARANTIAS	158	4.3. O INQUÉRITO POLICIAL	224
Caso 1: STF. HC 92893/ES.	162	4.3.1. CONCEITO, NATUREZA JURÍDICA E FINALIDADE	224
Caso 2: STJ. HC 221.231/PR	162	4.3.2. VALOR PROBATORIO	226
Caso Piersack vs. Bélgica, 1982. ...	164	4.3.3. CARACTERÍSTICAS	227
2.8. DA VIOLAÇÃO AO DIREITO À AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA – DIREITO DE SER OUVIDO – GRAVE OFENSA AOS DIREITOS HUMANOS	165	4.3.4. INÍCIO DO INQUÉRITO POLICIAL	229
Caso 1: STF. HC 160865/RS.	167	4.3.5. <i>NOTITIA CRIMINIS</i>	230
Caso 2: STJ. HC 614 023/MG.	167	4.3.6. DILIGÊNCIAS INVESTIGATIVAS	231
Caso: Cabrera Garc íavs. Mé xico 2010.	168	4.3.7. A COMPETÊNCIA DO JUIZ DE GARANTIAS NO INQUÉRITO POLICIAL	243
2.9. CONCLUSÃO	170	4.3.8. INCOMUNICABILIDADE DO INDICIADO PRESO	245
2.1 O JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	171	4.3.9. O INDICIAMENTO	246
STF	171	4.3.10. PRAZOS DO INQUÉRITO POLICIAL	247
STJ	177	4.3.11. RELATÓRIO	249
QUESTÕES	183	4.3.12. TERMO CIRCUNSTANCIADO	251
<i>capítulo 3</i>		4.3.13. ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL	253
O PROCESSO PENAL GARANTISTA	191	4.4. SÚMULAS RELACIONADAS	257
3.1. ASPECTOS INICIAIS	191	SÚMULAS VINCULANTES	257

SÚMULAS DO STF	258	6.4. A PLEA BARGAINING	344
SÚMULAS DO STJ	258	6.5. O PROCESSO PENAL NEGOCIAL BRASILEIRO	348
4.5. JURISPRUDÊNCIA RECENTE		A) O NEGÓCIO JURÍDICO DO JECRIM	349
DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	258	B) SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO	352
STF	258	C) A DELAÇÃO PREMIADA	354
STJ	263	D) O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	359
QUESTÕES	268	6.6. A CONFISSÃO NO PROCESSO PENAL NEGOCIAL	364
<i>capítulo 5</i>		6.7. O SISTEMA INQUISITORIAL BRASILEIRO	
A AÇÃO NO PROCESSO PENAL	281	E A DESIGUALDADE ENTRE AS PARTES	367
5.1. ASPECTOS INICIAIS	281	6.8. SOBRE A RESERVA DA JURISDIÇÃO	370
5.2. CONCEITO	281	6.9. OUTROS PRINCÍPIOS VIOLADOS NA	
5.3. CARACTERÍSTICAS DO DIREITO DE AÇÃO	282	PLEA BARGAINING À BRASILEIRA	372
5.4. CONDIÇÕES DA AÇÃO PENAL	282	6.10. A PLEA BARGAINING DESLEAL	374
A) PRÁTICA DE FATO APARENTEMENTE CRIMINOSO	283	6.11. SÚMULAS RELACIONADAS	379
B) LEGITIMIDADE DE PARTE	283	SÚMULAS VINCULANTES	379
C) PUNIBILIDADE CONCRETA	284	SÚMULAS DO STF	379
D) JUSTA CAUSA	284	SÚMULAS DO STJ	379
5.5. CLASSIFICAÇÃO	287	6.12. JURISPRUDÊNCIA RECENTE	
A) AÇÃO PENAL DE INICIATIVA PÚBLICA	288	DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	379
B) AÇÃO PENAL DE INICIATIVA PRIVADA	292	STF	379
5.6. A INICIAL ACUSATÓRIA	297	STJ	385
5.7. A AÇÃO CIVIL EX DELICTO	306	QUESTÕES	391
A) SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA	307	<i>capítulo 7</i>	
B) SENTENÇA ABSOLUTÓRIA	310	JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA	399
5.8. SÚMULAS RELACIONADAS	312	7.1. ASPECTOS INICIAIS	399
SÚMULAS STF	312	7.2. PRINCÍPIOS DA JURISDIÇÃO	400
SÚMULAS STJ	313	A) JUIZ NATURAL	400
5.9. JURISPRUDÊNCIA RECENTE		B) INÉRCIA	401
DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	313	C) INDELEGABILIDADE	401
STF	313	D) INVESTIDURA	401
STJ	320	E) INDECLINABILIDADE	401
QUESTÕES	327	F) CORRELAÇÃO	402
<i>capítulo 6</i>		G) UNIDADE	403
O PROCESSO PENAL NEGOCIAL	339	7.3. PODERES DA JURISDIÇÃO	403
6.1. ASPECTOS INICIAIS	339	7.4. COMPETÊNCIA	403
6.2. AS TRADIÇÕES JURÍDICAS DO		7.4.1. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA	407
COMMON LAW E DO CIVIL LAW	340	A) JUSTIÇA MILITAR	407
6.3. OS SISTEMAS INQUISITORIAL E ADOVERSARIAL	342	B) JUSTIÇA ELEITORAL	410

C) JUSTIÇA DO TRABALHO.....	412	B) INSANIDADE.....	486
D) JUSTIÇA FEDERAL.....	412	8.5. RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS	489
E) JUSTIÇA ESTADUAL.....	423	8.6. CONFLITO DE COMPETÊNCIA	492
7.4.2. COMPETÊNCIA POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO.....	423	8.7. SÚMULAS RELACIONADAS	494
STF.....	428	SÚMULA DO STF.....	494
STJ.....	428	SÚMULA DO STJ.....	494
TSE.....	429	8.8. JURISPRUDÊNCIA RECENTE	
STM.....	429	DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	494
TRF.....	429	STF.....	494
TRE.....	429	STJ.....	498
TJ.....	429	QUESTÕES	503
7.4.3. COMPETÊNCIA TERRITORIAL.....	429	<i>capítulo 9</i>	
7.4.4. MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA.....	434	TEORIA DA PROVA PENAL	515
A) CONEXÃO.....	435	9.1. ASPECTOS INICIAIS	515
B) CONTINÊNCIA.....	437	9.2. CERTEZA E VERDADE NA PROVA PENAL	516
C) REUNIÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS.....	438	9.3. SISTEMAS DE VALORAÇÃO DA PROVAS	520
D) <i>PERPETUATIO JURISDICTIONIS</i>	439	A) SISTEMA DA PROVA TARIFADA.....	520
7.5. SÚMULAS RELACIONADAS	440	B) SISTEMA DA ÍNTIMA CONVICÇÃO.....	521
SÚMULAS VINCULANTES.....	440	C) SISTEMA DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO.....	521
SÚMULAS STF.....	440	9.4. PROVAS CAUTELARES, NÃO	
SÚMULAS STJ.....	441	REPETÍVEIS E ANTECIPADAS	523
7.6. JURISPRUDÊNCIA RECENTE		9.5. OS INDÍCIOS	524
DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	442	9.6. OBJETO DA PROVA	526
STF.....	442	9.7. PROVA EMPRESTADA	528
STJ.....	451	9.8. STANDARDS PROBATÓRIOS	529
QUESTÕES	462	9.9. O ÔNUS DA PROVA	533
<i>capítulo 8</i>		9.10. O ATIVISMO JUDICIAL PENAL	535
INCIDENTES PROCESSUAIS	475	9.11. A FIGURA DO JUIZ DAS GARANTIAS	538
8.1. ASPECTOS INICIAIS	475	9.12. DAS PROVAS ILÍCITAS	543
8.2. QUESTÕES PREJUDICIAIS	475	A) PROVA ILÍCITA POR DERIVAÇÃO.....	544
8.3. EXCEÇÕES	477	A.1) Teoria da fonte independente.....	548
A) SUSPEIÇÃO.....	478	A.2) Teoria da descoberta inevitável.....	551
B) INCOMPETÊNCIA DE JUÍZO.....	480	A.3) Limitação da mancha purgada.....	553
C) LITISPENDÊNCIA.....	482	A.4) A exceção da boa-fé.....	553
D) ILEGITIMIDADE DE PARTE.....	483	B) SERENDIPIIDADE.....	555
E) COISA JULGADA.....	483	9.13. DAS PROVAS EM ESPÉCIE	556
8.4. INCIDENTES	485	A) EXAME DE CORPO DE DELITO E CADEIA DE CUSTÓDIA.....	556
A) FALSIDADE.....	485	A.1) Exame de corpo de delito.....	556

A.2) Cadeia de custódia.....	562	10.10. TUTELA ANTECIPADA E MEDIDA CAUTELAR: CONCEITO E DISTINÇÕES.....	661
B) INTERROGATÓRIO.....	567	10.11. MEDIDA LIMINAR E MEDIDA CAUTELAR.....	663
B.1) Conceito.....	567	10.12. DA FUNGIBILIDADE ENTRE TUTELA ANTECIPADA E MEDIDA CAUTELAR.....	665
B.2) Características.....	570	10.13. CARACTERÍSTICAS DAS MEDIDAS CAUTELARES.....	667
B.3) Condução coercitiva para interrogatório.....	571	10.14. O PODER GERAL DE CAUTELA.....	668
B.4) Interrogatório por videoconferência.....	575	10.15. CLASSIFICAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES.....	669
C) CONFISSÃO.....	576	10.16. CAUTELARES EM ESPÉCIE.....	669
O) DECLARAÇÕES DO OFENSO DO.....	579	10.16.1. MEDIDAS CAUTELARES DE NATUREZA REAL.....	669
E) PROVA TESTEMUNHAL.....	581	A) SEQUESTRO.....	670
F) RECONHECIMENTO DE PESSOAS E COISAS.....	584	B) ESPECIALIZAÇÃO E INSCRIÇÃO DA HIPOTECA LEGAL.....	672
G) ACAREAÇÃO.....	586	C) ARRESTO SUBSIDIÁRIO DE BENS MÓVEIS.....	673
H) BUSCA E APREENSÃO.....	587	10.16.2. MEDIDAS CAUTELARES RELATIVAS À PROVA.....	673
I) INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA.....	590	10.16.3. MEDIDAS CAUTELARES DE NATUREZA PESSOAL.....	673
J) DELAÇÃO PREMIADA.....	595	10.17. SÚMULAS RELACIONADAS.....	673
K) AÇÃO CONTROLADA DE POLICIAIS.....	599	SÚMULAS VINCULANTES.....	673
L) AGENTE INFILTRADO.....	601	SÚMULA DO STJ.....	674
9.14. SÚMULAS RELACIONADAS.....	602	10.18. JURISPRUDÊNCIA RECENTE DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	674
SÚMULAS VINCULANTES.....	602	STF.....	674
SÚMULAS DO STF.....	603	STJ.....	679
SÚMULAS DO STJ.....	603	QUESTÕES.....	688
9.15. JURISPRUDÊNCIA RECENTE DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	603	<i>capítulo 11</i>	
STF.....	603	MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS:	
STJ.....	609	prisão e liberdade.....	701
QUESTÕES.....	628	11.1. ASPECTOS INICIAIS.....	701
<i>capítulo 10</i>		11.2. O ASSENTO CONSTITUCIONAL DO TEMA.....	701
MEDIDAS CAUTELARES PENAIS.....	643	11.3. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO.....	702
10.1. ASPECTOS INICIAIS.....	643	11.4. PRISÃO ESPECIAL.....	703
10.2. TEMPO E PROCESSO PENAL.....	644	11.5. PRISÃO EM FLAGRANTE.....	705
10.3. O DIREITO FUNDAMENTAL A UM PROCESSO PENAL SEM DILAÇÕES INDEVIDAS.....	648	11.6. PRISÃO TEMPORÁRIA.....	713
10.4. EFETIVIDADE E MEDIDA CAUTELAR.....	651	11.7. PRISÃO PREVENTIVA.....	720
10.5. TUTELAS PROVISÓRIAS.....	653	A) O <i>FUMUS COMISSI DELICTI</i>	727
10.6. TUTELA DE URGÊNCIA E TUTELA PROVISÓRIA.....	655	A.1) Prova da existência do crime.....	727
10.7. TUTELA DEFINITIVA E TUTELA PROVISÓRIA.....	655	A.2) Indícios suficientes de autoria.....	728
10.8. TUTELA DE EVIDÊNCIA.....	656	B) O <i>PERICULUM LIBERTATIS</i>	728
10.9. TUTELA ANTECIPADA E SUA APLICAÇÃO NO PROCESSO PENAL EM FAVOR DA LIBERDADE.....	658	B.1) Garantia da ordem pública.....	729

B.2) Garantia da ordem econômica	730	B.7) Recursos e ações autônomas no JECRIM	813
B.3) Conveniência da instrução criminal	732	12.5. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	814
B.4) Assegurar a aplicação da lei penal	733	A) PROCEDIMENTO DA LEI DE TÓXICOS	814
11.8. A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E A PRISÃO EM 2ª INSTÂNCIA	740	B) PROCEDIMENTOS DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	818
11.9. A PRISÃO DOMICILIAR	744	C) PROCEDIMENTO DOS CRIMES CONTRA A HONRA	821
11.10. EM RESUMO: AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DA NOVA LEI DE PRISÕES (LEI 12.403/11)	746	D) PROCEDIMENTO DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL	824
11.11. A LIBERDADE	752	E) PROCEDIMENTO DOS CRIMES FALIMENTARES	826
A) RELAXAMENTO DA PRISÃO	752	12.6. SÚMULAS E ENUNCIADOS	827
B) REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA	753	SÚMULAS VINCULANTES	827
C) REVOGAÇÃO DE PRISÃO TEMPORÁRIA	753	SÚMULAS DO STF	827
D) LIBERDADE PROVISÓRIA	753	SÚMULAS DO STJ	827
D.1) Plena	754	ENUNCIADOS CRIMINAIS DO FONAJE	828
D.2) Com aplicação de outras medidas cautelares	754	12.7. JURISPRUDÊNCIA RECENTE DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	833
11.12. SÚMULAS RELACIONADAS:	762	STF	833
SÚMULAS VINCULANTES	762	STJ	837
SÚMULAS DO STF	762	QUESTÕES	847
SÚMULAS DO STJ	762		
11.13. JURISPRUDÊNCIA RECENTE DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	762	<i>capítulo 13</i>	
STF	762	O TRIBUNAL POPULAR DO JÚRI	861
STJ	772	13.1. ASPECTOS INICIAIS	861
QUESTÕES	779	13.2. A HISTÓRIA DO TRIBUNAL DO JÚRI	863
<i>capítulo 12</i>		13.3. PRINCÍPIOS DO JÚRI	864
PROCEDIMENTOS CRIMINAIS	793	A) PLENITUDE DE DEFESA	865
12.1. ASPECTOS INICIAIS	793	B) SIGILO DAS VOTAÇÕES	866
12.2. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	793	C) SOBERANIA DOS VEREDICTOS	867
12.3. PROCEDIMENTO SUMÁRIO	801	D) COMPETÊNCIA PARA OS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA	868
12.4. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO	803	13.4. CARACTERÍSTICAS DO JÚRI	868
A) PRINCÍPIOS DO JECRIM	804	13.5. O PROCEDIMENTO BIFÁSICO DO JÚRI	869
B) O RITO DO JECRIM	806	13.6. O IUDICIUM ACCUSATIONIS	869
B.1) O termo circunstanciado	806	A) PRONÚNCIA	873
B.2) A audiência preliminar	807	B) IMPRONÚNCIA	878
B.3) O oferecimento da peça acusatória	810	C) ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA	880
B.4) Suspensão condicional do processo	811	D) DESCLASSIFICAÇÃO	882
B.5) A defesa preliminar	812	13.7. DESAFORAMENTO	883
B.6) Instrução e sentença	813	13.8. IUDICIUM CAUSAE	887

A) PREPARAÇÃO PARA O JÚRI	887	C) SENTENÇA ABSOLUTÓRIA	947
B) A ORGANIZAÇÃO DO JÚRI	888	D) SENTENÇA CONDENATÓRIA	949
C) OS JURADOS	888	0.1) Dosimetria da pena	949
D) A SESSÃO DE JULGAMENTO	891	0.2) Efeitos da sentença penal condenatória	955
i) Deliberações iniciais	891	14.4. PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO	962
ii) Verificação da presença dos jurados	891	14.5. EMENDATIO LIBELLI	963
iii) Suspeição, impedimento e incompatibilidade dos jurados	891	14.6. MUTATIO LIBELLI	965
iv) O sorteio dos jurados	893	14.7. O FIM DA EMENDATIO LIBELLI	966
v) Compromisso e entrega da pronúncia e relatório do processo	895	14.8. O CASO JULGADO PENAL	968
vi) Instrução em plenário	896	14.9. CASO JULGADO PENAL FORMAL E MATERIAL	974
vii) Os debates	897	14.10. LIMITES OBJETIVOS E SUBJETIVOS DO CASO JULGADO PENAL	976
viii) Esclarecimentos dos jurados	903	14.11. SÚMULAS RELACIONADAS	979
ix) Quesitação e votação	903	SÚMULAS DO STF	979
x) Sentença	906	SÚMULAS DO STJ	980
13.9. SÚMULAS RELACIONADAS	907	14.12. JURISPRUDÊNCIA RECENTE DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	980
SÚMULAS DO STF	907	STF	980
SÚMULAS DO STJ	907	STJ	990
13.10. JURISPRUDÊNCIA RECENTE DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	907	QUESTÕES	994
STF	907		
STJ	914		
QUESTÕES	923		
capítulo 14		capítulo 15	
SENTENÇA E CASO JULGADO PENAL	937	A TEORIA DO PRECEDENTE JUDICIAL E SUA APLICAÇÃO AO PROCESSO PENAL	1007
14.1. ASPECTOS INICIAIS	937	15.1. INTRODUÇÃO	1007
14.2. ATOS DO JULGADOR	939	15.2. A TRADIÇÃO JURÍDICA DO COMMON LAW	1007
14.3. A SENTENÇA PENAL	941	15.3. NOÇÃO DE PRECEDENTE JUDICIAL	1013
A) CONCEITO	941	15.4. O PRECEDENTE JUDICIAL NA DIMENSÃO DA IGUALDADE	1018
B) ESTRUTURA	942	15.5. O PRECEDENTE JUDICIAL NA DIMENSÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA	1022
B.1) a identificação das partes	942	15.6. A IMPORTÂNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS NO SISTEMA DE PRECEDENTES	1026
B.2) a exposição sucinta dos argumentos da acusação e da defesa	942	15.7. O STARE DECISIS	1029
B.3) a fundamentação, ou seja, as razões de decidir	943	15.8. O CONCEITO DE RATID DECIDENDI	1034
B.4) a indicação dos artigos previstos na legislação penal	947	15.9. O CONCEITO DE OBITER DICTUM	1037
B.5) o dispositivo	947	15.10. TÉCNICAS UTILIZADAS NA APLICAÇÃO E SUPERAÇÃO DOS PRECEDENTES	1041
B.6) assinatura	947	15.11. APLICAÇÃO E SUPERAÇÃO DO PRECEDENTE	1043
		15.12. DISTINGUISHING	1048

15.13. SIGNALING	1054	B) CABIMENTO	1115
15.14. TRANSFORMATION	1057	B.1) Decisão que não receber a denúncia ou a queixa;	1115
15.15. OVERRULING	1059	B.2) Decisão que concluir pela incompetência do juízo;	1117
15.16. UM TRISTE CASO DE OVERRULING NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO: A LIMITAÇÃO DO USO DO HABEAS CORPUS PELO STF	1065	B.3) Decisão que julgar procedente as exceções, salvo a de suspeição;	1118
15.17. OVERRIDING	1068	B.4) Decisão que pronunciar o réu;	1118
15.18. EFEITO TEMPORAL DA REVOGAÇÃO DOS PRECEDENTES	1072	B.5) Decisão que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante.	1118
15.19. CONSIDERAÇÕES FINAIS	1077	B.5.1) conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança;	1119
15.20. JURISPRUDÊNCIA RECENTE DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	1077	B.5.2) decisão que indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante;	1119
STF	1077	B.6) Decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor;	1120
STJ	1081	B.7) Decisão que deferir ou indeferir pedido de extinção de punibilidade;	1120
QUESTÕES	1087	B.8) Decisão que conceder ou negar ordem de <i>habeas corpus</i> ;	1120
capítulo 16		B.9) Decisão que conceder, negar ou revogar a suspensão condicional da pena;	1121
RECURSOS	1093	B.10) Decisão que conceder, negar ou revogar livramento condicional;	1121
16.1. ASPECTOS INICIAIS	1093	B.11) Decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte;	1121
16.2. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS	1093	B.12) Decisão que incluir ou excluir jurado na lista geral;	1121
16.3. PRINCÍPIOS	1097	B.13) Decisão que denegar a apelação ou julgar deserta;	1122
A) DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO	1097	B.14) Decisão que ordenar a suspensão do processo, em virtude de questão prejudicial;	1122
B) UNIRRECORRIBILIDADE DAS DECISÕES	1101	B.15) Decisão que decidir sobre a unificação de penas;	1123
C) FUNGIBILIDADE	1102	B.16) Decisão que julgar o incidente de falsidade;	1123
D) <i>NON REFORMATIO IN PEJUS</i>	1103	B.17) Decisões da execução penal;	1123
16.4. PRESSUPOSTOS RECURSAIS	1106	B.18) Decisão que converter a multa em detenção ou prisão simples;	1123
A) PRESSUPOSTOS OBJETIVOS	1107		
A.1) Cabimento	1107		
A.2) Adequação	1107		
A.3) Tempestividade	1107		
A.4) Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos	1107		
A.5) Regularidade formal	1110		
B) PRESSUPOSTOS SUBJETIVOS	1110		
B.1) Legitimidade recursal	1110		
B.2) Interesse recursal	1112		
16.5. EFEITOS	1112		
16.6. RECURSOS CRIMINAIS EM ESPÉCIE	1113		
16.6.1. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	1113		
A) INTRODUÇÃO	1113		

8.19) Decisão que recusar homologação de acordo de não persecução penal, previsto no art. 28-A do CPP;	1123
C) ASPECTOS PROCEDIMENTAIS E EFEITOS	1124
16.6.2. APELAÇÃO	1125
A) CONCEITO	1125
B) HIPÓTESES DE CABIMENTO	1126
B.1) Da sentença definitiva de condenação ou absolvição proferida por juiz singular;	1126
B.2) Das decisões definitivas, ou com força de definitivas, proferidas por juiz singular, nos casos em que não houver previsão legal de cabimento do recurso em sentido estrito;	1126
B.3) Das decisões do Tribunal do Júri, quando:	1128
B.3.1) Ocorrer nulidade posterior à pronúncia;	1128
B.3.2) For a sentença do juiz-presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados;	1128
B.3.3) Erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança;	1128
B.3.4) Decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos;	1128
C) ASPECTOS PROCEDIMENTAIS	1131
D) DOS EFEITOS	1132
16.6.3. EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE	1134
16.6.4. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	1137
16.6.5. AGRAVO EM EXECUÇÃO	1140
16.6.6. CARTA TESTEMUNHÁVEL	1142
16.6.7. CORREÇÃO PARCIAL	1146
16.6.8. RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO	1149
16.6.9. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO	1158
16.6.10. AGRAVO INTERNO OU REGIMENTAL	1160
16.7. SÚMULAS RELACIONADAS	1163
SÚMULAS DO STF	1163
SÚMULAS DO STJ	1165
16.8. JURISPRUDÊNCIA RECENTE DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	1166
STF	1166
STJ	1170
QUESTÕES	1176
<i>capítulo 17</i>	
NULIDADES	1191
17.1. ASPECTOS INICIAIS	1191
17.2. DA NECESSÁRIA INTERPRETAÇÃO NORMATIVA	1192
17.3. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A NORMA JURÍDICA	1195
17.4. O DEVIDO PROCESSO LEGAL COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL IRRADIANTE	1196
17.5. A NULIDADE COMO CONSEQUÊNCIA DA VIOLAÇÃO DA NORMA CONSTITUCIONAL DO DEVIDO PROCESSO PENAL	1200
17.6. A TEORIA BIPARTIDA DA TIPICIDADE PROCESSUAL PENAL CONGLOBANTE	1202
17.7. A CLASSIFICAÇÃO DOUTRINÁRIA DAS NULIDADES - UMA VISÃO CRÍTICA	1203
17.8. REPENSANDO OS PRINCÍPIOS DAS NULIDADES NO PROCESSO PENAL	1207
A) <i>PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF</i>	1207
B) CONVALIOÇÃO	1209
C) INTERESSE	1210
D) INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS	1211
17.9. A BANALIZAÇÃO DO CONCEITO DE NULIDADE RELATIVA NA JURISPRUDÊNCIA E AS VIOLAÇÕES CONSTITUCIONAIS	1214
17.10. DAS NULIDADES EM ESPÉCIE	1218
17.11. SÚMULAS RELACIONADAS	1242
SÚMULAS DO STF	1242
17.12. JURISPRUDÊNCIA RECENTE DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	1243
STF	1243
STJ	1248
QUESTÕES	1257
<i>capítulo 18</i>	
DAS AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO NO PROCESSO PENAL	1271
18.1. ASPECTOS INICIAIS	1271
18.2. DO HABEASCORPUS	1271
18.2.1. HISTÓRICO	1271
18.2.2. CONCEITO E NATUREZA	1276
18.2.3. CLASSIFICAÇÃO E LEGITIMIDADE	1277

18.2.4. HIPÓTESES DE CABIMENTO.....	1279	18.4.15. O ÔNUS DA PROVA.....	1321
18.2.5. COMPETÊNCIA.....	1281	18.4.16. INDENIZAÇÃO POR ERRO JUDICIÁRIO.....	1326
18.2.6. PROCEDIMENTO.....	1282	18.4.17. TUTELA ANTECIPADA EM SEDE DE REVISÃO CRIMINAL.....	1327
18.2.7. DOS RECURSOS EM HABEAS CORPUS.....	1284	A) TUTELA DE URGÊNCIA E DE EVIDÊNCIA.....	1331
18.3. MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA CRIMINAL.....	1287	A.1) A tutela de urgência.....	1332
18.3.1. CONCEITO.....	1287	A.2) A tutela de evidência.....	1334
18.3.2. LEGITIMIDADE, PROCEDIMENTO E COMPETÊNCIA.....	1291	B) TUTELA ANTECIPADA EM REVISÃO CRIMINAL.....	1335
18.4. REVISÃO CRIMINAL.....	1292	C) ANTECIPAÇÃO DE TUTELA E OS DEMAIS EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....	1338
18.4.1. HISTÓRICO DA REVISÃO CRIMINAL.....	1292	D) ANÁLISE JURISPRUDENCIAL.....	1342
18.4.2. CONCEITO.....	1294	18.5. SÚMULAS RELACIONADAS.....	1346
18.4.3. NATUREZA JURÍDICA.....	1296	SÚMULAS DO STF.....	1346
18.4.4. HIPÓTESES DE CABIMENTO.....	1297	SÚMULAS DO STJ.....	1346
18.4.5. UMA NOVA LEITURA DO ART. 621, I, DO CPP.....	1299	18.6. JURISPRUDÊNCIA RECENTE DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	1346
18.4.6. O OVERRULING COMO FUNDAMENTO PARA A REVISÃO CRIMINAL.....	1304	STF.....	1346
18.4.7. ALGUNS CASOS DE OVERRULING NO BRASIL.....	1305	STJ.....	1351
18.4.8. REVISÃO CRIMINAL EM SENTENÇA ABSOLUTÓRIA.....	1311	QUESTÕES.....	1359
18.4.9. REVISÃO CRIMINAL PRO SOCIETATE.....	1312	<i>capítulo 19</i>	
18.4.10. REFORMATIO IN PEJUS DIRETA E INDIRETA.....	1313	CONCLUSÃO.....	1373
18.4.11. REVISÃO CRIMINAL NAS DECISÕES DO JÚRI.....	1316	REFERÊNCIAS.....	1397
18.4.12. REVISÃO CRIMINAL NA LEI Nº 9.099/95.....	1317		
18.4.13. COMPETÊNCIA E PROCEDIMENTO.....	1319		
18.4.14. OPORTUNIDADE E LEGITIMIDADE.....	1320		